

OS TRABALHADORES DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: A HISTORIOGRAFIA E OS LIVROS DIDÁTICOS

Gabriel Antonio Butzen¹

Endrica Geraldo²

RESUMO

As pesquisas sobre os trabalhadores durante o período da ditadura civil-militar brasileira foram realizadas desde a década de 1970 focadas principalmente no “novo sindicalismo” em contraposição ao “sindicalismo populista”. Recentemente, novas historiografias surgem para reavaliar as teses do “novo sindicalismo” elaboradas por Rodrigues (1970) e Weffort (1973). Neste caso, pesquisas de Mattos (2005; 2012); Ladosky e Oliveira (2014) e Correa e Fontes (2016) mostram os limites do paradigma do “novo sindicalismo” e as novas possibilidades de pesquisa levando em consideração o cotidiano e a luta pela cidadania dos trabalhadores. Por outro lado, essas pesquisas ao lidarem com a historiografia anterior, acabam por não se ater nas relações entre o ensino de história e uma de suas ferramentas mais importante: o livro didático. Nesse sentido, buscaremos avaliar como os livros didáticos abordam a historiografia sobre os trabalhadores durante o regime ditatorial de 1964. Discordando das considerações de Cerri (2018) sobre o ensino da nova historiografia sobre a ditadura civil-militar de 1964 e de como os livros didáticos devem tratar o regime ditatorial das investigações feita por Balestra e Silva (2019), pretendemos dialogar tanto com o ensino de história quanto história da historiografia realizando uma análise entre coleções didáticas e história da historiografia sobre os trabalhadores durante o regime militar brasileiro.

Palavras-chave: livros didáticos; história da historiografia; trabalhadores; ditadura civil-militar

RESUMEN

Las investigaciones sobre el movimiento de los trabajadores durante el período de la dictadura militar brasileña fueron realizadas desde la década de 1970 enfocadas principalmente en el "nuevo sindicalismo" en contraposición al "sindicalismo populista". Recientemente, nuevas historiografías surgen para reevaluar las tesis del "nuevo sindicalismo" elaboradas por Rodrigues (1970) y Weffort (1973). En este caso, investigaciones de Mattos (2005; 2012); Ladosky y Oliveira (2014) y Correa y Fontes (2016) muestran los límites del paradigma del "nuevo sindicalismo" y las nuevas

¹ Acadêmico do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Ensino de História e América Latina da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: gabrielantoniobutzen@gmail.com

² Docente orientador do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Ensino de História e América Latina da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: endrica.geraldo@unila.edu.br

posibilidades de investigación teniendo en cuenta lo cotidiano y la lucha por la ciudadanía de los trabajadores. Por otro lado, esas investigaciones al lideran con la historiografía anterior, acaban por no atenerse en las relaciones entre la enseñanza de historia y una de sus herramientas más importantes: el libro didáctico. En ese sentido, buscaremos evaluar cómo los libros didácticos abordan la historiografía sobre los trabajadores durante el régimen dictatorial de 1964. Discrepando de las consideraciones de Cerri (2018) sobre la enseñanza de la nueva historiografía sobre la dictadura de 1964 y de cómo los libros didácticos deben tratar el régimen dictatorial de las investigaciones hechas por Balestra e Silva (2019), pretendemos dialogar tanto con la enseñanza de historia como historia de la historiografía realizando un análisis entre colecciones didácticas e historia de la historiografía sobre los trabajadores durante el régimen militar brasileño.

Palabras clave: libros didácticos; historia de la historiografía; trabajadores; dictadura militar

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é investigar a relação entre livros didáticos do triênio 2018; 2019 e 2020 e a historiografia que aborda o tema dos trabalhadores durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. O objetivo principal é situar um problema historiográfico específico: como a historiografia tem analisado e debatido, nas últimas décadas, sobre o universo dos trabalhadores durante a ditadura civil-militar. Em segundo momento, qual o impacto dessas análises no conteúdo dos seguintes livros didáticos: *Estudar história: das origens do homem à era digital* de Braick e Barreto (2018); *Historiar 9º ano: ensino fundamental anos finais* de Cotrim e Rodrigues (2018); *História 9º ano: ensino fundamental anos finais* de Vicentino e Vicentino (2018); e *História sociedade & cidadania* de Boulos (2018). A observação dessa relação entre historiografia e livros didáticos pode contribuir também para os debates a respeito de como o tema da ditadura civil-militar tem sido trabalhado nos livros didáticos e no ensino de história.

Já os estudos sobre os trabalhadores no Brasil cresceram a partir de 1970 dentro dos estudos sociológicos, de politólogos e historiadores, conquistando importante espaço acadêmico. Muitos desses estudos abordaram a formação da classe trabalhadora brasileira – como as pesquisas da década de 1980 feitas na UNICAMP. A exemplo dos estudos a respeito dos trabalhadores durante a ditadura civil-militar de 1964 podemos mencionar os trabalhos sobre o “sindicalismo populista” e o “novo sindicalismo” de Rodrigues (1970) e Weffort (1973). As pesquisas na década

de 1980 buscaram utilizar as interpretações de E. P. Thompson como Paoli; Sáder e Telles (1983). Na década de 1990, estudos importantes sobre os “direitos” e da “luta por cidadania” dos trabalhadores durante o regime ditatorial foram publicados por Fortes e Negro (2003). Já nos anos 2000, cresceu o interesse pelo tema, como mostra a pesquisa de Correa e Fontes (2016) e o levantamento de Mattos (2005) e Ladosky e Oliveira (2014).

Para isso, analisaremos a historiografia brasileira produzida sobre o período em dois formatos: 1) livros didáticos de história que abordam a ditadura civil-militar brasileira; 2) a escrita historiográfica sobre os trabalhadores durante o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura civil-militar que seguiu. No caso brasileiro, é possível perceber que o pouco espaço que o tema dos trabalhadores no ensino de história da ditadura civil-militar recebe não é necessariamente algo próprio da prática educacional ou de decisões didáticas: a historiografia brasileira ainda permanece dedicando pouca atenção a essas investigações.

Seguindo, buscaremos realizar um levantamento da história da historiografia brasileira sobre os trabalhadores durante a ditadura civil-militar. A história da historiografia é reconhecida como uma disciplina autônoma (ARAUJO, 2006) que perpassa por momentos e elementos fora do texto, como o lugar de produção, a prática do historiador e a própria escrita historiográfica (CERTEAU, 2020). Já os livros didáticos são também parte de uma historiografia utilizada amplamente nas escolas brasileiras. Porém, é necessário reconhecer as diversas leituras possíveis das coleções didáticas que ocorrem dentro do “cotidiano” e da cultura escolar (MAFRA, 2003; ROCKWELL; EZPELETA, 2007). Assim, buscamos analisar os livros didáticos escolhidos por meio da investigação dos conteúdos históricos apresentados (BITTENCOURT, 2008) utilizando a metodologia da análise de conteúdo (MINAYO, 2007 apud CALIXTO; CAVALCANTE; PRINHEIRO, 2014).

Nesse sentido, buscamos quatro coleções do 9º ano do ensino fundamental – anos finais. A escolha dos livros foi baseada em sua publicação mais recente, 2018, e considera seu uso ainda no ano de 2020, quando foi realizado o levantamento e análise das coleções. A investigação da materialidade do livro didático como possibilidade levantada por Munakata (2016) e Bittencourt (2008) foi impossibilitada devido ao isolamento social e fechamento das escolas imposto pela pandemia do novo coronavírus. Portanto, utilizamos suas versões digitalizadas oferecidas nas

versões “manual do professor”. Essa adoção foi crucial para investigar as filiações historiográficas feitas pelos editores e organizadores da coleção, uma vez que textos, apêndices e indicações bibliográficas muitas vezes estão disponíveis somente na versão para o professor.

A investigação de Correa e Fontes (2016) mostra a “ausência” dos trabalhadores nas historiografias sobre a ditadura civil-militar de 1964. Em um sentido semelhante, Mattos (2005) mostra como determinados debates sobre o golpe de 1964 também deixam os trabalhadores como sujeitos históricos em segundo plano. Para esses autores, os motivos para a existência desse fenômeno são variados: a reprodução na historiografia da interpretação do “novo sindicalismo”³; preconceitos em relação à suposta falta de luta pelos trabalhadores durante o golpe militar de 1964 e uma construção da memória focada nos militantes e estudantes como os sujeitos responsáveis pela resistência ao regime militar.

Porém, as considerações críticas à maneira “negativa” que os pesquisadores olhavam para a classe trabalhadora já foi observada desde a década de 1980. Paoli; Sáder e Telles (1983) apresentam como o início dos estudos baseados na sociologia e ciência política sobre os proletários durante o início da década de 1960 argumentavam a falta de consciência de classe da trabalhadora e seu alinhamento com o sindicalismo controlado pelo Estado. Nesse período, para Paoli; Sáder e Telles (idem, p. 133), duas tradições sobre os trabalhadores coexistiam: uma pelos ideólogos do Estado Novo que viam os trabalhadores como construtores da nacionalidade – constatando sua imaturidade e inconsistência; e uma visão dos comunistas que apontavam a vocação revolucionária dos trabalhadores – avaliando o quão próximos estavam de um arquétipo ideal de organização sindical e partidária, de luta contra o regime e de adesão a ideologias consideradas revolucionárias.

Com o problema apontado por Correa e Fontes (2016); Mattos (2005; 2012); Ladosky e Oliveira (2014) e Paoli; Sáder e Telles (1983), buscamos avaliar como esse problema historiográfico aparece nos livros didáticos de História que tratam da história da Ditadura Militar Brasileira. Assim, analisamos como o tema dos trabalhadores são apresentados em livros didáticos; suas principais características e conceitos; e as

³ Na crítica de Mattos (2005) e Ladosky; Oliveira (2014), a ideia de um “novo sindicalismo” pressupõe a existência de um sindicalismo “corporativista” e “populista” anterior a 1978-1979 onde os trabalhadores são vistos como impotentes e alinhados com o cooperativismo estatal.

principais ideias historiográficas norteadoras presentes nas coleções, buscando avaliar limites e possibilidades da maneira como o presente conteúdo é abordado no currículo escolar brasileiro.

As pesquisas, não apenas as realizadas por historiadores, mas também por cientistas sociais, sobre os trabalhadores durante período ditatorial brasileiro são pouco apresentadas nas grandes sínteses históricas como aponta Correa e Fontes (2016). No geral, os trabalhadores são deixados de lado pelas grandes narrativas a medida que são culpabilizados por sua “inação” em relação ao golpe civil-militar de 1964. Nesse sentido, como destacam Corrêa e Fontes (idem), a Comissão Nacional da Verdade (CNV) conseguiu avanços importantes na busca por elucidar os crimes cometidos pelo Estado durante o regime militar. No entanto, dentro dos 13 grupos de trabalho da Comissão, o último a integrar na agenda de trabalho foi “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical”⁴. Sua criação ocorreu com forte pressão organizada por centrais sindicais.

Correa e Fontes (ibidem) argumentam ainda que alguns estudos, apesar de mencionarem os trabalhadores durante o período 1964-1985, o fazem de maneira enxuta ou até mesmo preconceituosa. É exemplo o livro organizado por Reis; Ridenti e Motta (2014) que aproveita o aniversário de 50 anos do golpe de 1964 e dedica somente um artigo da coletânea para a temática da história dos trabalhadores e dos sindicatos.⁵

Apesar de historiadores como Mattos (2005) apontar lacunas interpretativas sobre os trabalhadores no contexto (ou no enfrentamento) do golpe de 1964 e ao longo do período até a emergência do que ficou conhecido como o “novo sindicalismo”, não é possível afirmar que a história dos trabalhadores não esteja na memória social. Dentro da memória disciplinar construída é sempre rememorada a luta dos trabalhadores do ABC durante as greves de 1978-1979 e a formação posterior do Partido dos Trabalhadores (PT). Nisso é lembrado principalmente a figura do ex-presidente do Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva, um dos principais líderes do Sindicato dos Metalúrgicos da década de 1970.

⁴ Composto pela advogada Rosa Cardoso como membro da CNV e na função de pesquisadora San Romanelli Assumpção com formação em ciências, sociedades e políticas.

⁵ Algo semelhante é apontado por Mattos (2005).

A luta dos trabalhadores foi também noticiada de forma não uniforme durante o período ditatorial. É necessário lembrar como Fico (2012) aponta a censura imposta a jornais e opositores do regime nos processos de denúncia e repressão aos trabalhadores. Nem toda a sociedade do período conseguiu conhecer por meio da mídia televisiva e dos jornais o cotidiano e as lutas de trabalhadores urbanos e rurais no Brasil de 1964-1985. Somente os casos das “grandes greves” de 1968 e de 1978-1979 conseguiram “furar” uma bolha imposta pela censura e pela debilidade informacional do período.

Soma-se a isso a descaracterização da condição de “trabalhador” imposta pelas narrativas durante a década de 1960 e 1970. Corrêa e Fontes (2016) afirmam ter sido comum a mudança da figura do “operário” para o “militante” que combateu diretamente pela luta armada a ditadura. Neste meio das passeatas contra a ditadura anteriores ao AI-5, a primazia estudantil de classe média ignorou e teve certo preconceito com a capacidade transformativa dos trabalhadores sobre a realidade. Os trabalhadores já não eram mais os “protagonistas” da luta contra a opressão pois suas chances já tinham acabado durante o golpe de 1964 (CORREA; FONTES, *idem*, p. 136).

O livro didático é fundamental para compreendermos a produção de sentidos mobilizados por estudantes ao ter contato com determinado tema histórico. As coleções didáticas são amplamente vendidas no Brasil, com uso por professores e alunos cotidianamente. Em muitos casos, o livro didático também se torna o currículo a ser ensinado nas escolas devido à precarização do professor em termos de excessiva carga horária e precárias formações tanto na faculdade quanto em atividades pedagógicas continuadas (BITTENCOURT, 2008). Além disso, o livro didático se torna uma das formas de historiografia mais influentes em nossa sociedade, com uma complexidade de produção e alcance social.

Balestra e Silva (2019) ao investigarem livros didáticos que abordam a temática da ditadura militar brasileira acabam por apontar para a necessidade de se estudar as “pessoas reais” com “nome e sobrenome” já que o uso de categorias abstratas como “guerrilheiros”; “comunistas”; “grupos de empresários”; “setores mais conservadores”; “jornalistas”; “setores do clero católico”; “Ordem dos Advogados do Brasil”; “Associação Brasileira de Imprensa”; “estudantes”; “trabalhadores” “movimento sindical”; “organizações civis” acaba por desumanizar os acontecimentos e dificultar a

conciliação com esse passado. Também “[...] impede que as gerações futuras se identifiquem com essas histórias e incorporem essas narrativas como parte de sua própria história” (BALESTRA; SILVA, 2019, p. 179-180).

Por outro lado, Campos (idem, p. 355-356) destaca que o golpe de 1964 significou uma derrota para os trabalhadores brasileiros em geral, com medidas de contenção dos salários, fim da estabilidade nas empresas privadas, instituição de poupanças compulsórias⁶, fim do direito de greve e política de repressão sindical. Ao citar Singer (1978), Campos (ibidem) aponta que a inflação como uma poupança forçada transferiu a renda do trabalho para o capital e quando a liberação dos preços tabelados o custo de vida aumentou em 80% em 1964. O governo militar destituiu 563 diretorias de sindicatos e interveio em quatro das seis confederações de trabalhadores. A realização de horas extras para complementar a renda era comum, onde Campos (idem, p. 357) destaca a jornada diária de 18 horas em obras de grande porte. Índices de acidente de trabalho também eram altos, onde a Organização Mundial de Saúde (OMS) indicou que em 1972 dos 77 milhões de trabalhadores brasileiros, 1,47 milhões se acidentaram em 1972, sendo vários acidentes mortais. Já a Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicou 8.892 óbitos por trabalho no Brasil em 1980 contra 4.400 nos Estados Unidos, com uma população economicamente ativa que era o dobro da brasileira⁷.

Os dados levantados por Campos (idem) revelam péssimas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores brasileiros durante 1964-1988, principalmente aqueles da construção civil – um dos principais setores que contratavam trabalhadores no período. Apesar disso, percebe-se como medidas tomadas pelo regime militar impactaram a maioria da classe trabalhadora brasileira, principalmente aquelas ligadas a intervenção nos sindicatos, no controle da inflação e nas poupanças compulsórias. Nesse sentido, discordamos de Balestra e Silva (2019) pois consideramos que a categoria de “trabalhadores” pode sim gerar identificação por parte de uma ampla parcela de estudantes, não sendo algo abstrato, além de que os trabalhadores sofreram impactos generalizados com o golpe civil-militar de 1964. Além disso, ao abordar o tema dos trabalhadores; do trabalho e do sindicalismo no

⁶ Como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Pasesp (Pasesp).

⁷ Rocca (1991) apud Campos (2014, p. 359-360).

ensino de história durante 1964-1985 pode gerar uma identificação dos estudantes com pessoas; grupos e classes. Isso se intensifica se considerarmos a própria característica da maioria dos estudantes de escolas públicas no Brasil: em muitos casos os próprios estudantes são trabalhadores ou filhos de trabalhadores.

Em nossa pesquisa, percebe-se que os livros didáticos analisados detêm uma forte influência das ideias do “sindicalismo populista” e do “novo sindicalismo”, carregando consigo as mesmas avaliações criticadas por Mattos (2005; 2012), Ladosky e Oliveira (2014), Correa e Fontes (2016) e Paoli; Sáder e Telles (1983) sobre o problema de considerar a classe trabalhadora entre 1930 até 1979 no “negativo”, ou seja, como não possuindo “consciência de classe” e comprometimento com a “revolução” ou mesmo com a defesa da democracia.

O presente artigo está dividido em duas partes: uma primeira parte de uma análise dos conteúdos históricos dentro de quatro livros didáticos do 9º ano onde buscamos traçar por meio de palavras-chave e da bibliografia utilizada as concepções historiográficas dos autores e editores. Em um segundo momento, investigamos as principais concepções historiográficas por meio da análise da história da historiografia a respeito dos trabalhadores durante a ditadura militar brasileira.

OS TRABALHADORES DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS

A definição de material didático é de difícil conclusão entre pesquisadores. Bittencourt (2008) realiza uma primeira distinção para compreendermos os objetivos dentro da cultura escolar. Existem aqueles suportes informativos como livros didáticos, paradidáticos, *cds*, *dvds*, videoaulas, onde seu principal objetivo é ensinar. São elaborados dentro de uma indústria cultural e para atender suas intenções pedagógicas consideram um vocabulário, extensão e formatação com princípios pedagógicos⁸. Também existem os documentos, produzidos historicamente sem o objetivo de ensinar e com a intenção de atingir o grande público – apesar de poderem estar presentes na cultura escolar como objeto de estudo.

⁸ É também considerado de semelhante maneira por Munakata (2016).

Dentro dos materiais didáticos, percebe-se que o livro didático ganha destaque, principalmente como alvo de crítica, após a 2ª Guerra Mundial. Bittencourt (2008, p. 300) aponta que a narrativa histórica nos livros didáticos era para “evitar conflitos”, sendo muito criticada por pesquisadores que apontavam o caráter tradicional e ideológico dos livros. Essa perspectiva ainda permaneceu em outros espaços e temporalidades. Munakata (2016) aponta que é a partir de 1990 que essas considerações vão mudar no Brasil e em outros países. Apesar dessas considerações, o livro didático ainda é presente no cotidiano escolar e amplamente utilizado.

As preocupações dos pesquisadores da área da educação, do Estado e da população com os livros didáticos é grande. Com o “Programa Nacional do Livro Didático” (PNLD) instituído pelo Decreto 9.154 de 1/8/1985, a compra massiva de coleções didáticas e paradidáticas coloca o livro didático como líder de vendas do setor no mercado editorial. Meneses (2018) utiliza dados da Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livro para apontar que a vendagem de livros didáticos ocupou 48,10% do mercado editorial em 2016.

O livro didático ainda carrega características, segundo Bittencourt (2008, p.301-303), como mercadoria ligada ao mercado editorial e por outro lado como um suporte de conhecimentos abarcados pelos currículos e elaborados pelo Estado – sempre avaliando os saberes escolares presentes nos livros didáticos. Também é um suporte de métodos pedagógicos, contendo e apresentando metodologias de aprendizagem, principalmente no manual do professor. Além disso, é também um veículo de um sistema de valores, abarcando a cultura e a ideologia de uma época. É essa característica que também faz o livro didático como fonte de análise histórica por parte de historiadores e pesquisadores na área pedagógica.

Se a definição pode parecer difícil, é importante ainda evitar as considerações mais uníssonas sobre o livro didático. Bittencourt (2008) resgata com outras pesquisas aspectos sobre o livro didático: para Vesentini (1984) o livro didático de história como criação e cristalização de uma memória dos “fatos históricos”, servindo como reprodução de uma historiografia. Para Soffiatti (1989-1990), a escola consegue apontar temas relevantes para os historiadores pesquisarem, se relacionando

diretamente com o livro didático e os anseios dos estudantes e professores com a narrativa histórica trabalhada em sala de aula.⁹

Araújo (2001) constata que o livro didático para a preparação e planejamento de aulas no ambiente escolar é comum, sendo que o grau de dependência do livro depende da formação e as condições de trabalho do professor: quanto pior a formação e maior carga horária o livro se torna indispensável. Já Silva (2012) aponta que pelas diversas situações adversas o livro didático é transformado no principal – ou único – instrumento para auxiliar a aula.

Ao tomar o livro didático como objeto de pesquisa, também é necessário considerar os elementos da cultura escolar. Tanto para Bittencourt (2008) e Munakata (2016) consideram o livro como um elemento constituinte dessa cultura. A noção de “cultura escolar”, tanto quanto a definição de livro didático, também é complexa. Inés Dussel (2013) argumenta que a pesquisa sobre a cultura escolar leva mais em consideração as análises das experiências cotidianas na escola do que os aspectos normativos. Bittencourt (2008) ainda aponta que o livro didático busca explicar e sistematizar os conteúdos históricos vindo dos currículos e da historiografia.

Porém, isso também impõe desafios aos seus autores e editoras que buscam sempre “explicar” um determinado conteúdo histórico de maneira simples, mas sem simplificar e perder capacidade explicativa. Diferenças geracionais, a necessidade de dialogar com um público amplo, sistematizar o conteúdo e adotar uma linguagem simplificada acaba por apresentar os conteúdos históricos de forma impositiva, sem abrir espaço para contestação. Além disso, o livro didático contém posicionamento dos autores sobre considerações historiográficas – verificável em partes na bibliografia utilizada. No entanto, certas vezes, a narrativa historiográfica do livro didático cai em certo ecletismo.

Cabe ressaltar que o conteúdo histórico dos livros didáticos nem sempre são unanimidades na sala de aula. Como objeto da cultura escolar, o livro didático pode e é resignificado dentro da escola por professores e estudantes. A presente pesquisa não busca fechar padrões de análise ou cravar o que é aprendido na escola – para isso é necessário pesquisas etnográficas dentro da escola. Nosso objetivo é compreender quais são as perspectivas sobre os trabalhadores ao longo da ditadura

⁹ Apud Bittencourt (2008)

civil-militar no Brasil tratada em coleções didáticas do ensino fundamental (9º ano) verificando avanços e limites com a historiografia atual produzida na academia.

Para investigar essa historiografia, utilizamos a metodologia da “análise de conteúdo” que passa por três etapas: pré-análise; exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/interpretação (MINAYO, 2007 apud CALIXTO; CAVALCANTE; PRINHEIRO, 2014). A pré-análise se destaca por uma leitura rápida buscando hipóteses, levantamento de dados e formulações de hipóteses. Outra parte fundamental da análise é a releitura dos textos buscando grupos de palavras e reduzi-las a conceitos e ideias. Por fim, resulta a parte de interpretação dos conceitos, relacionando com a fundamentação teórica proposta. Elencamos quatro coleções didáticas, todas de 2018: Coleção Estudar História (2018)¹⁰; Coleção Historiar (2018)¹¹; Coleção Teláris (2018)¹² e Coleção História sociedade & cidadania (2018)¹³.

A primeira leitura dos livros didáticos, conforme a análise dos conteúdos escolares, buscou levantar as bibliografias citadas pelos livros. Assim, para compreender os referenciais historiográficos investigamos em duas partes do livro: as referências citadas diretamente no livro didático e os apêndices reservados diretamente para o uso do professor, no livro didático do professor. A lista de

¹⁰ Braick e Barreto (2018).

¹¹ Cotrim e Rodrigues (2018).

¹² Vicentino e Vicentino (2018).

¹³ Boulos (2018).

bibliografia da Coleção Estudar História (2018)¹⁴; Coleção Historiar (2018)¹⁵; Coleção Teláris (2018)¹⁶; Coleção História e Sociedade (2018)¹⁷

Sobre a temática da ditadura militar brasileira consta uma predominância de uma historiografia política que foca em aspectos políticos, constitucionais, econômicos e ainda na luta armada. É possível notar também a atualização em relação a historiografia sobre povos indígenas e o movimento negro durante a ditadura militar, principalmente na parte destinada ao professor com sincronia com a Lei 11.645/2008. Além disso, percebe-se o pouco uso de pesquisas historiográficas especializadas nos trabalhadores ou sindicatos durante período ditatorial. Nesse sentido, a Coleção Estudar História (2018) e Coleção Teláris (2018) não apresentam livros especializados na temática e as coleções Coleção Historiar (2018) e Coleção História e Sociedade

¹⁴ 1) para os estudantes: “Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar” (ARAÚJO, 2002); “Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella” (BETTO, 1983); “Ah, como era boa a ditadura...” (GÊ, 2015); “Cães de guarda jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988” (KUSHNIR, 2004); “Banda Black Rio = o soul no Brasil da década de 1970” (GONÇALVES, 2011); “De volta à estação Finlândia: crônica de uma viagem ao socialismo perdido” (REIS, 1993); “O governo Goulart e o golpe de 64” (TOLEDO, 1988); “De Castelo a Tancredo (1964-1985)” (SKIDMORE, 2000); 2) para o professor: “O momento do golpe, as primeiras reações e o percurso do cinema de oposição no período da ditadura” (XAVIER, 2015); “História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais” (FICO, 2015); “Brasil: uma biografia” (SCHWARCZ; STARLING, 2015); “1968: rebeliões e utopias” (RIDENTI, 2000).

¹⁵ 1) para estudantes: “Brasil: uma biografia” (SCHWARCZ; STARLING, 2015); “A luta pela anistia” (SILVA, 2010); “IMESP” (Arquivo Público de São Paulo, 2009); “A ocupação da Amazônia e a presença militar” (COELHO, 1998); “Visões do golpe: a memória militar sobre 1964” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994); “Brasil: nunca mais: um relato para a história” (ARNS, 1985); 2) para o professor: “Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura” (VALENTE, 2017); “Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos” (DOMINGUES, 2007); “Estado, indigenismo e a ditadura militar no Brasil pós-64” (MATTOS; FOLTRAM, 2017); “A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84” (FISHLOW, 1986); “1964: o golpe contra as reformas e a democracia” (TOLEDO, 2004).

¹⁶ 1) para os estudantes: “Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino” (MERLINO; OJEDA, 2010); “1968, o ano que não terminou” (VENTURA, 1988); “A ditadura derrotada” (GASPARI, 2003); “A ditadura encurralada” (Idem, 2004); “A ditadura envergonhada” (Idem, 2002); “A ditadura escancarada” (Idem, 2002); “A ditadura acabada” (Idem, 2016); “Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010” (REIS, 2014); “O que resta da ditadura: a exceção brasileira” (TELES; SAFATLE, 2010); 2) para o professor: “Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura” (VALENTE, 2017); “Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella” (BETTO, 1983).

¹⁷ 1) para estudantes: “História do Brasil contemporâneo” (FICO, 2016); “Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai” (MOTTA, 2015); “1964: história do regime militar brasileiro” (NAPOLITANO, 2014); “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami” (KOPENAWA; ALBERT, 2017); “Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos” (DOMINGUES, 2007); 2) para o professor: “1964: golpe militar ou civil?” (REIS, 2013); “A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares” (BORGES, 2009); “Direitos Fundamentais nas Constituições brasileiras” (GROFF, 2008); “A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política” (MOTTA, 2016); “Aquele corrente para frente” (AGOSTINO, 2004); “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami” (KOPENAWA; ALBERT, 2017); “O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1767-1973)” (PRADO; EARP, 2009); “O sindicalismo brasileiro após 1930” (MATTOS, 2003).

(2018) apresentam respectivamente o livro “1964: o golpe contra as reformas e a democracia” (TOLEDO, 2004) – que aborda de um ponto marxista como o golpe foi também contra os trabalhadores – e “O sindicalismo brasileiro após 1930” (MATTOS, 2003) – focado no sindicalismo. Assim, é possível afirmar que as referências historiográficas constitutivas dos livros didáticos analisados estão atualizadas – abordando pesquisas recentes – e tendem a explorar mais uma historiografia política/econômica em detrimento de outras abordagens.

Nesse sentido, investimos em uma avaliação quantitativa sobre o espaço dedicado a temática da ditadura militar brasileira. Na leitura exploratória dos livros didáticos, é possível perceber uma narrativa histórica política/econômica; uma narrativa histórica sobre arte e cultura e uma narrativa histórica do trabalho e dos trabalhadores. Assim, dividiu-se em três categorias para quantificação: historiografia tradicional; historiografia cultural e historiografia sobre os trabalhadores¹⁸:

Tabela 1 – Relações entre páginas, conteúdos e historiografia

COLEÇÕES Ensino Fundamental - 9º ano	Número de páginas por tema		
	HT	HC	HST
Coleção Estudar História	12	4	2
Coleção Historiar	10	2	1
Coleção Teláris	3	4	1
Coleção História Sociedade & Cidadania	14	2	2
TOTAL	39	12	6

Fonte: autor

O levantamento das páginas em relação ao tema mostra que o espaço dedicado – dentro da narrativa histórica sobre a ditadura militar brasileira – para análises da história da arte e cultura e da historiografia dos trabalhadores no período é menor que a história política e econômica. Esse levantamento não deve ser visto somente como mera escolha dos autores dos livros didáticos. Como salientamos, o livro didático é um produto mercadológico que ao aumentar suas páginas para inserir conteúdos históricos reflete diretamente na vendagem das coleções didáticas.

Somente o espaço dedicado no livro didático para uma temática historiográfica não é suficiente para traçar o conteúdo histórico proposto pela coleção didática. Para

¹⁸ Historiografia tradicional (HT); historiografia cultural (HC) e historiografia sobre os trabalhadores (HST).

isso também é necessária uma análise qualitativa buscando o que é mencionado no livro. Após a leitura exploratória, elencamos palavras-chave que associam a narrativa historiográfica sobre os trabalhadores e do trabalho durante a ditadura militar. Escolhemos assim termos como “sindicato”; “trabalho”; “trabalhadores”; “operários”; “camponeses”; “ligas camponesas”; “greve”; “pastoral da terra” para a primeira sistematização, buscando abarcar tantos trabalhadores urbanos e rurais.

Existem elementos em comum entre a narrativa histórica dos livros didáticos, como a menção a intervenção aos sindicatos após o golpe civil-militar de 1964¹⁹; perda salarial dos trabalhadores pelo arrocho²⁰; mencionam o impacto do FGTS²¹ e a morte do operário Manoel Fiel Filho (1927-1976)²². O espaço para as greves dos trabalhadores de Contagem e Osasco em 1968 é maior, com mais linhas. Os outros aqui aparentados são somente pequenas menções no corpo do texto.

A temática mais esmiuçada pelos livros didáticos sobre os trabalhadores durante a ditadura civil-militar brasileira são as greves na região do ABC Paulista de 1978 a 1979²³. Na coleção Estudar História (2018, p. 249):

A abertura política do governo Figueiredo deu espaço para que as mobilizações sindicais voltassem com força. Em 1979, os metalúrgicos de São Paulo organizaram uma grande greve contra a política econômica do governo. Os grevistas, no entanto, foram violentamente reprimidos pela polícia. Houve prisões em massa e o operário Santo Dias da Silva foi morto. Em 1980, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de Diadema realizaram uma nova greve, muito maior que a anterior, que se espalhou por cidades vizinhas. As manifestações e passeatas foram tão intensas que o governo proibiu a utilização de espaços públicos para a realização de assembleias sindicais. Mesmo assim, os trabalhadores continuaram a se reunir, dessa vez na Igreja Matriz de São Bernardo. A Igreja, que havia apoiado o golpe civil-militar em 1964, agora dava legitimidade à greve. A mobilização dos metalúrgicos, porém, foi novamente reprimida em uma ação conjunta da polícia e do exército, que prenderam as principais lideranças do movimento. A abertura promovida por Figueiredo mostrava, assim, que não iria tolerar manifestações contra o regime

Por sua vez, a Coleção Historiar (2018, p. 160) diz:

Os trabalhadores, por exemplo, renovaram sua organização e retomaram suas lutas contra o arrocho salarial e pela melhoria das

¹⁹ Estudar História (2018, p.208); Historiar (2018, p.153); Teláris (2018, p.155) e História sociedade & cidadania (2018, p.197).

²⁰ Estudar História (2018, p.211) e Historiar (2018, p.158).

²¹ Estudar História (2018, p.211) e História sociedade & cidadania (2018, p.197).

²² Teláris (2018, p.162) e História sociedade & cidadania (2018, p.207).

²³ Uma exceção a essa afirmação é a coleção Estudar História (2018) que aborda com mesmo destaque as greves de 1968 em Contagem e Osasco com as mobilizações do ABC em 1978-1979.

condições de trabalho. Em 1979, greves envolveram milhões de trabalhadores em todo o Brasil. Entre as greves, destacaram-se as dos operários de São Bernardo do Campo (SP), sob a liderança de Luiz Inácio da Silva, mais conhecido como Lula, que na época presidia o Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade. A repressão policial, porém, continuava forte. No mesmo ano, em uma greve de metalúrgicos em São Paulo, o operário Santo Dias foi morto pela Polícia Militar de São Paulo

Segundo a Coleção Teláris (2018, p. 162):

Em 1978, eclodiu na região do ABC, em São Paulo, uma grande greve de metalúrgicos, liderada por Luiz Inácio da Silva, o Lula, tendo como reivindicações melhores salários e a abertura política. Apesar da repressão ao movimento, outras categorias profissionais se encorajaram a também se mobilizar pelos mesmos motivos, demonstrando um claro sinal de desgaste do poder autoritário do governo

Por fim, a coleção História sociedade & cidadania (2018, p. 221):

O presidente João Figueiredo (1979-1985) assumiu o poder em um momento em que o país enfrentava grave crise econômica e as manifestações de resistência ao regime se intensificavam. Uma delas foi a greve dos metalúrgicos do ABCD Paulista, que começou em 13 de março de 1979, dois dias antes da posse do presidente Figueiredo. Inicialmente, os operários exigiam reajustes de salários; mas, com a evolução do movimento, passaram a exigir também liberdades democráticas. A liderança dessa greve coube ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, presidido à época por Luiz Inácio da Silva, o Lula”

A narrativa historiográfica sobre a greve do ABC em 1979 carrega os dados da quantidade de trabalhadores, suas demandas e o nome de seu líder: Luiz Inácio da Silva. É provável que o destaque para o ex-líder sindical – sem esquecer de sua participação como liderança histórica – seja por ter sido o líder do Partido dos Trabalhadores (PT)²⁴ e pela existência de mais pesquisas que investigam o sindicalismo.²⁵ A coleção Estudar História (2018, p.211) e a coleção História Sociedade e Cidadania (2018, p.200) ainda trazem as greves de 1968 em Contagem e Osasco como luta do movimento operário por aumento de salários em reação ao arrocho salarial e a criação do FGTS. Se a greve do ABC aparece no livro didático como algo recorrente, as greves de Contagem e Osasco no livro didático mostram

²⁴ Exceção é a coleção Estudar História (2018) que não cita o ex-presidente Lula.

²⁵ A exemplo são as pesquisas sobre o “sindicalismo populista”; o “novo sindicalismo” e as pesquisas historiográficas sobre o fenômeno.

uma expansão das editoras em mostrar outros movimentos de trabalhadores durante o período.

A coleção História sociedade & cidadania (2018, p. 221) ainda apresenta um balão de questionamento para o estudante intitulado “Dialogando” onde traz escrito: “por que será que o movimento sindical que liderou as greves iniciadas em 1979 no ABCD Paulista foi chamado de “sindicalismo autônomo”?” e como possível resposta apresentado para o professor:

O sindicato que dirigiu essa greve tinha uma característica nova: não era nem subordinado ao Ministério do Trabalho nem liderado por comunistas ou pelos chamados pelegos (agentes do governo que se infiltram nos sindicatos e fingem defender os interesses dos trabalhadores). Seus dirigentes tinham sido eleitos pelos próprios operários. Por isso, esse movimento sindical nascido no ABCD Paulista, no final dos anos 1970, foi chamado de “sindicalismo autônomo”. (BOULOS, *ibidem*, p. 221)

Também é possível observar como as coleções didáticas abordam as greves dos trabalhadores, seja durante 1968 e principalmente nas greves do ABC paulista em 1978-1980. Enquanto essas quatro coleções didáticas abordam a busca por melhores condições de trabalho, fim do arrocho salarial e melhores salários, percebe-se que a temática da “luta por direitos” surge sem uma referência às próprias pesquisas historiográficas desse campo. Fortes e Negro (2003), ao resgatar a historiografia dos trabalhadores após 1930 e contrapondo com as análises realizadas durante a década de 1980 – principalmente as já apresentadas concepções sobre o “novo sindicalismo” –, argumentam como a luta desses trabalhadores está ligada a construção de uma cidadania e diretamente com a aquisição de “direitos”.

Para Fortes e Negro (*idem*, p. 16) a relação entre direitos e esfera pública democrática não deve ser feita sem uma crítica importante: a partir de 1930 os trabalhadores conquistaram direitos que o Estado privatizado pelas classes dominantes sempre buscou coibir. Assim, o pesquisador²⁶ deve considerar que a “luta por direitos” é um aspecto importante da construção da cidadania operária onde movimentos – derrotados ou vitoriosos – que buscaram a luta por direitos representam a maneira da classe trabalhadora de garantir justiça e inserção na República. Sendo também um fenômeno histórico que lega a gerações posteriores exemplos e novos

²⁶ Essa consideração de Fortes e Negro (2003) também pode ser transferida para o professor de história e estudante onde ambos devem aprender e analisar a história dos trabalhadores.

horizontes para a luta. É assim que Fortes e Negro (ibidem) apresentam como possibilidade para o pesquisador evitar uma análise de uma classe como algo único, truncado e com estereótipos a priori. É também que se relaciona com o golpe militar de 1964: o movimento dos militares foi contra os direitos conquistados pela classe trabalhadora (CORREA; FONTES, 2016) e piorando diretamente as condições de vida e trabalho (CAMPOS, 2014, p. 355).

Para a elaboração do livro didático são feitas escolhas baseadas nas regras para a aprovação da coleção didática no PNLD e nos custos de produção do livro. A inserção de maior espaço para um “conteúdo” provocaria um aumento no custo de produção do material. Porém, a necessidade de revisar a historiografia ensinada, buscando ideias que não mais considerem os trabalhadores como “coadjuvantes” ou mesmo “incapazes” de mudanças e resistência contra o regime ditatorial é crucial. Também é mostrar como em um regime com relações democráticas enfraquecidas – relações estas combatidas pelos militares e empresários durante a ditadura – os direitos conquistados são paulatinamente diminuídos, prejudicando não somente grupos específicos como “sindicalistas” ou “guerrilheiros”, mas sim grande parte da população, como indígenas, mulheres, negros, crianças.

HISTORIOGRAFIA SOCIAL DO TRABALHO SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964

Amézola e Cerri (2008)²⁷ apontam que a demora em incorporar o ensino da ditadura é algo mais ligado à espera de a “historiografia” adentrar nessa temática do que uma “censura” imposta pelo Estado. Além disso, Cerri (2018, p. 285) afirma que os professores de história incorporaram uma visão historiográfica recente sobre a Idade Média – que não reproduz preconceitos sobre o período. Já a historiografia nova sobre a ditadura civil-militar brasileira ainda não foi incorporada pois não foi suficientemente ensinada. A hipótese de Cerri (2018) é também semelhante a que Balestra (2016) toma como as dificuldades de ensinar e aprender a temática. Para Cerri (2018):

[...] o formato dos currículos de História no Brasil, hoje, faz predominar um encaminhamento enciclopédico e linear de processos históricos, os tópicos da História recente ficam para o final do ano e não chegam

²⁷ Partimos do texto de Balestra (2016).

a ser ensinados, ou são ensinados de forma aligeirada e superficial, no contexto de final de ano e necessidade de *vencer o conteúdo* (p.285).

Seria então, na análise de Cerri (2018) a partir da pesquisa “Jovens e a História” de 2013 é que “[...] ficam evidentes os avanços do ensino de História ligados à atualização historiográfica, quando tratamos de Idade Média, mas não quando tratamos de regime militar brasileiro” (p. 285).²⁸ Se para Cerri (idem) a historiografia recente não foi suficientemente ensinada – sendo essas pesquisas capazes de reverter certas visões apologéticas ou aumentar a criticidade dos estudantes sobre o período – outras pesquisas partem da necessidade de ampliação e inserção de novos temas e sujeitos para o ensino da história da ditadura civil-militar brasileira (BALESTRA; SILVA, 2019).

As considerações de Cerri (2018) revelam um diagnóstico sobre as necessidades do tempo e forma a ser trabalhada a temática da ditadura militar brasileira. No entanto, em relação ao que se chama de “atualização historiográfica” e de “visão predominante na academia”, Cerri (2018, p. 285) não menciona novos trabalhos acadêmicos ou o estado da arte das pesquisas no Brasil sobre a ditadura civil-militar de 1964.

Em um primeiro momento, precisamos definir o que é historiografia. Produto de uma investigação histórica, poderíamos meramente dizer que historiografia significa a escrita da história. Aqui tomamos historiografia como produto científico de uma disciplina científica realizada por um profissional – o historiador. Malerba (2006, p.23)²⁹ aponta que a historiografia é um produto intelectual dos historiadores, mas também é uma prática cultural que busca sanar as necessidades de orientação social. É um produto da experiência humana que se apresenta como objeto e fonte histórica.

Ao tomarmos conhecimento do que é historiografia, podemos compreender o esforço da disciplina da história da historiografia. Malerba (2006) aponta uma característica do trabalho historiográfico: toda obra de história perpassa pela história da historiografia de sua temática, pois nenhum trabalho parte do nada. Além disso,

²⁸ Cerri (2018) parte de um grande levantamento de dados de caráter quantitativo, sendo assim, sua pesquisa tem a limitação de não propor ou analisar qual seria a historiografia “nova” que deva ir para a escola e ser trabalhada no ensino de história.

²⁹ A partir das considerações de Rüsen (1996; 2001) e de Ricoeur (1968; 2000).

toda historiografia é parte do presente do historiador³⁰ no sentido que a cultura histórica³¹ de uma determinada sociedade em seu tempo pode influenciar a pesquisa e escrita da ciência histórica. É possível, portanto, analisar mudanças e permanências da prática historiográfica de determinados grupos sociais, historiadores e outros participantes da análise do passado.

A disciplina de história da historiografia – alinhada com a noção de mostrar continuidade da historiografia antiga com a disciplinarização da história como ciência no século XIX – sofreu certa desconfiança após o denominado giro-linguístico da década de 1980³². Araujo (2006) aponta que a historiografia hoje busca analisar os lugares, as instituições e as determinações extra científicas da “operação historiográfica”. Ao cunhar essa expressão, Certeau (2020) explicitou o processo complexo da pesquisa do historiador: uma parte do levantamento e análise das fontes e a outra da escrita da história. Assim, a “operação historiográfica” parte de um lugar social, a uma prática social e uma escrita. Ao buscar compreender uma determinada historiografia³³, Malerba (2006) ainda lembra que a história da historiografia está vinculada a história das ideias e dos conceitos. Pela história dos conceitos, as análises de Koselleck (2006) mostram como os conceitos históricos estão diretamente ligados a sociedade e seu tempo, seja nas mudanças ou permanências de sentidos e interpretações

As pesquisas sobre as historiografias e a história da historiografia no Brasil podem ser sintetizadas nas obras de Joffily (2018) e Fico (2004; 2017). Essas análises conseguem mostrar elementos próprios da preocupação de pesquisadores³⁴ com seus objetos de análise e a recepção do público sobre a história da ditadura civil-militar brasileira. Destaca-se as produções sobre o “caráter” do golpe de 1964 como as análises de Rene Dreifuss (1987) sobre a característica empresarial e a de Argelina

³⁰ Gardner (1993) apud Malerba (2006, p.20). Um dos pioneiros dessa consideração é Benedetto Croce (1866-1952).

³¹ Lançamos mão do conceito de cultura histórica como as diversas maneiras que sociedades e sujeitos aprendem e elaboram o passado. Ver Rüsen (2016).

³² Araujo (2006, p.79-80). O texto mencionado de Valdeci Araujo é referência para a análise da disciplina de história da historiografia como uma disciplina autônoma.

³³ Podemos pensar como objeto da disciplina de história da historiografia como congressos, eventos, textos, publicações em diversos âmbitos.

³⁴ Como parte de uma sociedade com outras ciências disponíveis, percebe-se que a escrita da história sobre a ditadura civil-militar brasileira perpassou por sociólogos e cientistas políticos principalmente até a década de 1990 e 2000.

Figueiredo (1993) em relação ao contexto político de crise da “adesão democrática”³⁵ que antecedeu 1964.

Entra também a primeira rememoração do golpe após a redemocratização: os 30 anos do golpe de 1964. Os debates historiográficos apareceram com força nessa data, podemos destacar a partir do levantamento de Joffily (2018) a obra organizada em 1994 pelos cientistas políticos D’Araújo e Soares³⁶. Se por um lado essas pesquisas colocam os militares como arquitetos do golpe e da ditadura, a historiografia organizada no livro de Toledo (2014 [1997]) escrito a partir de um viés marxista focou nas aspirações das elites em derrubar o governo de João Goulart.

Com o início do século XXI, obras historiográficas que abordaram a luta armada e a memória da ditadura foram lançadas para o grande público. O livro de Daniel Aarão Reis (2002) e Elio Gaspari (2002a) impactaram o debate historiográfico e público sobre a ditadura militar³⁷. Outras teses também suscitaram debates, como a biografia de João Goulart feita por Villa (2004)³⁸. Para os 50 anos do golpe de 1964, Reis (2014) atualiza sua publicação de 2000; Gaspari (2014) tem sua coleção reeditada além das publicações de Villa (2014) e Ferreira e Gomes (2014). Esses trabalhos seriam criticados por Melo (2014) em um livro organizado onde esses historiadores portanto, seriam revisionistas³⁹. Há de mencionar pesquisas importantes como a de Fico (2001; 2004b; 2008) e Napolitano (2014)⁴⁰.

A historiografia produzida durante 1994; 2004 e 2014 foram influentes nos meios acadêmicos e midiáticos. O lançamento de livros em “datas redondas” é uma prática consolidada para a “rememoração” ou “comemoração” de eventos históricos. Assim, essa historiografia – D’Araújo e Soares (1994); Reis (2002); Gaspari (2002a); Villa (2004; 2014); Ferreira e Gomes (2014) – tratou de temáticas políticas e econômicas. Nesse sentido, buscaram investigar o apoio civil; empresarial e militar ao

³⁵ Em síntese, a tese de Figueiredo (1993) aponta que tanto a esquerda quanto a direita não buscaram o jogo democrático, sendo ambos responsáveis pela fragilização do sistema democrático.

³⁶ Vale destacar que tanto Gláucio Soares, Maria D’Araujo e Celso Castro integraram o projeto desenvolvido dentro do Centro de Pesquisa de Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) entrevistando militares que participaram do golpe e da ditadura de 1964.

³⁷ Nesse sentido, a coleção de Elio Gaspari conseguiu maior projeção sendo um sucesso de vendas. Para uma análise crítica da obra de Gaspari ver Calil (2017).

³⁸ A polêmica foi entorno da acusação de Goulart de “golpismo”.

³⁹ Na visão de Melo (2014), determinados trabalhos de Gaspari; Villa; Reis; Ferreira e Gomes são considerados “revisionistas” pois apesar de tomarem para si como “inovadores” acabam por não trazer pesquisas novas, não divulgam suas fontes de análise, culpabilizam as esquerdas pelo golpe militar de 1964 e fazem uma defesa apologética do golpe e da ditadura militar.

⁴⁰ A menção dos trabalhos leva em consideração o caráter geral e de síntese das pesquisas.

golpe e a resistência – com foco principal na produção artística e na luta armada. Porém, o espaço dedicado a história dos trabalhadores é mínimo. Assim como as considerações de Mattos (2012) e Correa e Fontes (2016) para a historiografia, nossa hipótese é que os trabalhadores como sujeitos históricos e a história do trabalho como temática nos livros didáticos de história dentro do recorte temporal 1964-1985 são deixados de lado devido a perspectivas historiográficas daquilo que se chamou “sindicalismo populista”⁴¹.

As produções históricas-sociológicas sobre os trabalhadores antes e após o golpe civil-militar de 1964 foram já elaboradas na década de 1970. Uma das principais é a produção de Francisco Weffort (1937-2021)⁴² sobre os trabalhadores e o sindicalismo de 1945 a 1979. Mattos (2005) afirma que as pesquisas acadêmicas da década de 1970 giravam em dois eixos: a questão econômica da crise de acumulação e a crise do populismo. Os principais representantes dessas pesquisas com o sindicalismo populista no Brasil seriam Leôncio Martins Rodrigues (1970) e o próprio Weffort (1973).

Ladosky e Oliveira (2014) apontam que a perspectiva de análise de Weffort (1972;1973;1974;1979) concebia o argumento da ruptura entre o sindicalismo populista de 1945 a 1964 liderado pelo PCB e PTB e o sindicalismo das greves de 1968 em Osasco e Contagem, consolidada com as greves do ABC paulista entre 1978 e 1980. Assim, o movimento sindical pré-64 teria sido marcado pelo corporativismo, populismo e nacionalismo em uma política de “conciliação de classe”, onde ao se unir com o governo de João Goulart não teve forças para resistir ao golpe de 1964. Mattos (2005) ainda aponta que Weffort concebia no “sindicalismo populista” uma

⁴¹ Mattos (2012, p.232) extrai a consideração de Weffort (1973, p.67) sobre o que seria esse conceito: “[...] no plano da orientação, subordina-se á ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes: no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas ‘organizações paralelas’, formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros políticos fiéis a tradição de Vargas”. Mattos (ibidem) afirma que Leôncio Rodrigues (1968, p. 341) também compartilha com semelhante ideia sobre a classe operária brasileira “[...] diminuição da influência do proletariado na vida social do país e na configuração de comportamentos ‘classistas’ menos marcados. Esses traços são imediatamente visíveis quando se atenta: a) para a fraqueza do sindicalismo brasileiro; b) para a inexistência de ‘partidos operários de massa’; e c) para a influência do populismo sobre as massas trabalhadoras”.

⁴² Weffort ganha notoriedade para além de suas publicações, mas também por ter sido um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

inconsistência organizatória dos trabalhadores, falta de questionamento à estrutura sindical e falta de ligação entre lideranças e as bases.

Em contrapartida, Weffort aponta que no ano de 1968 ocorreram greves históricas em Osasco e Contagem contrárias às políticas sindicais da ditadura, mas com o AI-5 foram interrompidas. Nesse sentido, Corrêa e Fontes (2016, p.136) apontam que essas greves foram vistas como exceções que comprovavam a regra. Já nas greves do ABC em 1978, Weffort observou no “novo sindicalismo” uma ruptura com o sindicalismo controlado pela ditadura e da prática pré-64. Nesse sentido, esse novo movimento era enraizado nos locais de trabalho, opositor ao corporativismo, defensores da liberdade e autonomia sindical somado a uma visão classista. Ladosky e Oliveira (2014, p.151-152) lembram os desdobramentos dos defensores das ideias de Weffort e dos embates que surgiram em relação as considerações do “novo sindicalismo”, porém, no geral, a ideia do “sindicalismo populista” se consolidou nas investigações sociológicas. É a crítica que Mattos (2005) realiza da análise de René Dreifuss (1981) onde interpreta a relação entre Estado e trabalhadores – sua organização e lutas – pela lógica do “sindicalismo populista”.

É possível afirmar que a ideia da “imobilidade” dos trabalhadores no contexto do golpe civil-militar de 1964 também foi presente nos discursos de intelectuais e políticos durante o período (CORREA; FONTES, 2016). Apesar das pesquisas de Weffort (1973; 1978) terem legado continuidade com outros intelectuais no mesmo período, houve contestações a suas análises⁴³. Mesmo assim, análises futuras que se embasavam nas teses de Weffort – relações entre sindicatos corporativistas e Estado cooptando os trabalhadores – ainda eram produzidas. Nesse caso, vale destacar a pesquisa de Argelina Figueiredo (1993) e Maria Helena Moreira Alves (1985). Correa e Fontes (2016) ainda apontam para a pesquisa de Wanderley dos Santos (1979) como relevante: apesar de matriz teórica diferente de Weffort, Santos (1979) ainda analisou as relações do trabalho por uma mirada centrada na ação do Estado de cima para baixo. Assim, “[...] reforçando, geral, uma perspectiva de ausência, inação e subordinação dos trabalhadores e suas organizações a uma lógica externa às suas próprias ações e agências”⁴⁴.

⁴³ Corrêa e Fontes (2016) apontam o debate entre Weffort, Maria de Almeida e Carlos Martins como um exemplo.

⁴⁴ Corrêa e Fontes (2016, p.135)

Ao reconhecermos as ligações de Figueiredo (1993) e Santos (1979) com a tese do “sindicalismo populista” podemos entender os desdobramentos das historiografias que fizeram sucesso editorial nos anos de “comemoração”. Apesar de criticar outros aspectos⁴⁵, Mattos (2005) e Melo (2014) apontam a influência das pesquisas de Figueiredo (1979) e Santos (1979) nas análises de Villa (2004, 2014); Gaspari (2002a) e Reis (1990; 2002). Em síntese, Corrêa e Fontes (2016, p.137) apontam que Reis (1990) concebe um aumento da heterogeneidade da classe trabalhadora durante a ditadura militar, onde essa diversificação acabou por levar a classe trabalhadora para uma inação, similar a tese do “sindicalismo populista”. Além disso, essas historiografias acabaram por também dar um amplo espaço para a luta armada, onde a sua maioria estudantil ainda via os trabalhadores como os que “não reagiram” ao golpe.

É possível ainda afirmar que a perspectiva weffortiana do “sindicalismo populista” e do “novo sindicalismo” nas pesquisas sociológicas, de maneira geral, se detinham em casos empíricos mais concentrados nas grandes indústrias do estado de São Paulo onde ocorriam as “grandes greves”, com grandes reuniões de trabalhadores e numa participação mais “efetiva” e “midiática”.

Porém, nem todas as pesquisas da década de 1970 seguiram a matriz do “sindicalismo populista”. Corrêa e Fontes (2016) ressaltam que cientistas sociais do CPDA da Universidade Federal Rural no Rio de Janeiro mostraram um dinamismo maior do sindicalismo rural durante a ditadura militar. No entanto, devido às lógicas de produção e divulgação das análises acadêmicas do período, essas pesquisas ficaram alheias ao grande público somente aparecendo na década de 1980. Também os trabalhos produzidos sobre o sindicalismo rural em torno da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e sobre os canavieiros pernambucanos feito pelos antropólogos ligados ao Museu Nacional⁴⁶. Se por um lado as análises da década de 70 sobre os trabalhadores e sindicatos urbanos fosse predominante do “sindicalismo populista”, os estudos agrários mostravam uma renovada pesquisa com resultados diferentes, apesar de pouca menção acadêmica e da mídia.

⁴⁵ No caso, Mattos (2005) e Melo (2014) criticam a perspectiva da responsabilização da esquerda e da direita pelo golpe de 1964 como equivalentes.

⁴⁶ Como os trabalhos de Lígia Sigaud, Afrânio Garcia, Moacir Palmeira e José Sérgio Leite.

É na década de 1980 que os estudos sociológicos sobre o “novo sindicalismo” serão influenciados pela perspectiva de Edward Palmer Thompson, Claude Lefort e Cornelius Castoriadis, além de Antônio Gramsci principalmente com os conceitos de hegemonia, bloco histórico e intelectual orgânico, se distanciando e criticando as visões “economicistas” baseadas em um “marxismo vulgar” que considere somente os aspectos econômicos da sociedade (LADOSKY; OLIVEIRA, 2014). Outras pesquisas buscaram analisar a experiência sindical antes de 1964 confrontando a ideia do “sindicalismo populista”. Assim, para esses pesquisadores⁴⁷ foi necessário também investigar as relações dos trabalhadores com o Estado por meio de um cálculo pragmático de benefícios possíveis dentro do próprio populismo⁴⁸. Mattos (2012, p.235) ao analisar a influência da obra de E.P. Thompson no Brasil afirma que a maior difusão da perspectiva do representante do “marxismo britânico” e da “história vista de baixo” foi a partir da tradução da obra *Formação da classe operária inglesa* em 1987. A tradução do livro influenciou a obra de Ângela Gomes como *A invenção do trabalhismo* em 1988 mostrando a “agência” dos trabalhadores durante o pré-64 contrapondo a ideia do “sindicalismo populista”. Mattos (2012) ainda afirma que Alexandre Fortes (2004) é um dos principais estudiosos que se baseou na obra de E.P. Thompson para pensar a maneira que os trabalhadores conseguiam materializar a luta por direitos dentro da legislação trabalhista no populismo.

Já na década de 1990, é possível observar obras historiográficas que já investigavam a relação dos trabalhadores com o Estado e suas formas de resistência. Para isso, Mattos (2005) apontou a necessidade de recuar para o período anterior do golpe e entender os processos de resistência dos trabalhadores. As pesquisas de Mattos (1996)⁴⁹ e Silva (1995)⁵⁰ mostraram como os trabalhadores ligados ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) tinham parado – greve – durante o golpe de 1964, mas de fato não conseguiram pegar em armas – por não terem acesso, costume nem trabalho de resistência com os trabalhadores.

A produção de análises sobre os trabalhadores durante a ditadura militar de 1964 se iniciaram na década de 1970 com as pesquisas sociológicas que focavam

⁴⁷ Ladosky e Oliveira (2014, p.159) destacam as pesquisas de French (1995), Costa (1995), Silva (1995), Fontes (1997), Santana (1997), Fortes (1999).

⁴⁸ Ideia retirada de Silva e Costa (2001) apud Ladosky e Oliveira (2014, p.159).

⁴⁹ Mattos (2005) aponta para a obra *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955-1988* (1996).

⁵⁰ Referência a obra *A carga e a culpa: operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade 1937-1968* (1995).

principalmente no eixo sudeste com o operário fabril, mais precisamente de montadoras automobilísticas. Essas análises perpassavam por uma noção do “sindicalismo populista” e do “novo sindicalismo”. Partindo principalmente das interpretações de Francisco Weffort, a tese do “sindicalismo populista” permeou diversas pesquisas contemporâneas sobre a história da ditadura militar onde a classe trabalhadora quase não existe, quando não é deixada como “inativa” e sem “mobilidade” para agir.

No entanto, esperamos ter mostrado que as narrativas do “sindicalismo populista” foram ao longo de suas publicações criticadas por outros trabalhos. Além disso, novas pesquisas desde a década de 1970 com o sindicalismo rural mostraram resultados diferentes (CORRÊA; FORTES; 2016). A partir da década de 1980 com a incorporação de uma historiografia influenciada diretamente pelas obras de E.P Thompson foi possível analisar o “cotidiano” dos trabalhadores e suas “agências” construídas historicamente (MATTOS, 2012; LADOSKY; OLIVEIRA, 2014).

Apesar dos avanços da historiografia a respeito dos trabalhadores durante a ditadura, ainda é possível verificar lacunas. Uma delas, como aponta Corrêa e Fontes (2016), é a necessidade de ampliar as análises para questões de gênero, étnico-raciais e indígenas nos mundos do trabalho. Além disso, como apontam os autores, é necessário ampliar as regiões de investigação, como no Centro-Oeste e Norte. Ademais, as questões próprias da escrita da história do trabalho mostram questionamentos necessários para a continuidade das pesquisas. Fortes e Negro (2003) apontam para a necessidade de evitar análises centradas somente em deduções teóricas que deixam as fontes históricas em segundo plano. Por outro lado, uma maneira de evitar as investigações simplistas sobre os trabalhadores é necessária uma análise minuciosa de pequenos grupos onde seja possível, a partir de análise de outras experiências, compreender melhor o período da ditadura militar.

Esperamos ter apresentado aqui que a história da historiografia dos trabalhadores durante a ditadura militar foi construída com uma perspectiva de apagamento dos trabalhadores em detrimento de outros sujeitos sociais. Não somente isso: em alguns casos, quando os trabalhadores são mencionados, os adjetivos de “inação” ainda aparecem – apagando a “luta por direitos” que a classe trabalhadora brasileira desempenhou durante o regime ditatorial. E essa visão de história não foi descontinuada – na realidade, se considerar os impactos mediáticos e de venda dos

livros como de Gaspari (2002a); Villa (2004; 2014) e Reis (2002) poderíamos pensar no impacto que essa perspectiva tem na cultura historiográfica atual. Parece-me não ser o caso, como aponta Cerri (2018), de atualizar a historiografia da ditadura militar no ensino de história, nem esperar que ela seja escrita: é necessário reconsiderar totalmente a escrita e narrativa histórica sobre a ditadura militar com a finalidade de expandir os sujeitos históricos investigados para compreender nosso presente e perspectivar – de preferência – um novo futuro.⁵¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exploração de como a temática da ditadura militar brasileira é tratada em determinadas coleções didáticas é possível considerar, ao contrário do que Cerri (2018, p. 285) afirma, que a historiografia sobre a ditadura militar está atualizada nos livros didáticos – principalmente considerando a historiografia política. Como exemplo é considerar a própria Base Comum Curricular Nacional (BNCC) do Ensino Fundamental – anos finais – que considera a ditadura como “civil-militar” como um conteúdo a ser ensinado (BRASIL, 2018, p. 430). Podemos perceber até um alinhamento da própria produção do livro didático, com o atual principal documento norteador do currículo pedagógico brasileiro e com a historiografia política sobre o regime instaurado em 1964.

Não somente isso, parece que a avaliação de Fico (2004, p. 51-52) sobre a crise da interpretação “mecanicista” do marxismo dentro dos debates historiográficos durante a década de 1970 chega no Brasil no ano de 1980. Nessa “crise”, as interpretações estruturais acabaram sendo desprivilegiadas por uma análise “micro”, avaliando individualidades e subjetividades. É assim que a historiografia sobre elementos culturais ganha espaço dentro dos debates sobre a história da ditadura militar brasileira. Neste caso, é também uma das hipóteses que explique a grande presença de páginas e conteúdos dedicados a ensinar história baseada na história da cultura sobre a ditadura militar brasileira.

É também interessante observar a presença maior nos livros didáticos de temas ligado a história dos povos indígenas e negro, onde é possível verificar de maneira quantitativa – o número de páginas e espaço dedicado para esse tema – uma

⁵¹ Vale ressaltar que a pesquisa de Cerri (2018) não buscou avaliar esse quesito da historiografia, sendo nossa crítica uma complementação da análise.

presença significativa dessa historiografia.⁵² Acontece o mesmo dentro da temática da ditadura militar brasileira, somando com os avanços da história cultural decorrente da “crise” do marxismo. No entanto, é também possível que a presença de uma historiografia sobre indígenas e negros nos livros didáticos deve-se a Lei 10.639/03 instituindo o ensino da história e cultura afro-brasileira e a Lei 11.645/08 que instituiu o ensino de história e cultura indígena. Porém, apesar da lei obrigar o ensino da cultura e história indígena afro-brasileira, é possível observar um desmembramento entre a temática dos povos originários e negros no Brasil com a história dos trabalhadores durante a ditadura militar brasileira. Em muitos casos as pesquisas com esses sujeitos históricos devem também passar por uma investigação sobre as relações de trabalho, sendo importante integrar raça, classe e também gênero tanto na pesquisa quanto no ensino de história.⁵³

Relegar somente o aparecimento dessas histórias as duas leis podem apagar o movimento social e acadêmico para o ensino da história indígena e afro-brasileira, mas é inegável que a existência das duas leis e logo seus requisitos dentro da avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) são elementos a se considerar para a aparição dessa historiografia. Sem cumprir os requisitos da ficha avaliativa do PNLD, o livro didático acaba não sendo adquirido e sua produção se torna inviável.

A avaliação do PNLD detém um grande peso na própria construção do livro didático. É nessa ficha avaliativa das coleções que também é avaliado a “atualização” da historiografia: cobra-se o uso de bibliografias mais recentes para a construção do material. Porém, na construção geral dos livros didáticos, é comum somente a atualização de referências na indicação bibliográfica e manter um núcleo argumentativo já utilizado.⁵⁴

A partir da investigação sobre o ensino de história da ditadura militar brasileira nos livros didáticos é possível, portanto, perceber uma atualização nas referências utilizadas para a construção da narrativa histórica. Essa atualização também aparece

⁵² Ressalto a necessidade de, além de uma avaliação quantitativa do espaço designado para a história indígena e dos negros é também necessária uma investigação de forma qualitativa para observar como essa história é tratada nos livros didáticos.

⁵³ O levantamento sobre as referências e os conteúdos dos livros didáticos onde o povo negro e indígena aparece dentro da temática da ditadura militar brasileira dá indícios

⁵⁴ A exemplo de pesquisa que mostra a permanência de conteúdos e narrativas mantendo uma ligação com manuais didáticos antigos é Bertolini (2018) focando no ensino de história do Islã.

com elementos já consolidados da historiografia sobre o regime militar, além de uma concepção de historiografia própria da década de 1980 com a “crise” do marxismo, dando também espaço para as narrativas culturais. Porém, a principal matriz referencial para a narrativa nos livros didáticos analisados é a história política, focada em eventos proporcionados pelos militares e a chamada “resistência” armada e mobilização de artistas e estudantes contra o regime.⁵⁵

Neste caso, parece estar correta a avaliação de Correa e Fontes (2016) sobre o descrédito que as narrativas históricas sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar tiveram sobre a participação dos trabalhadores. Sob a influência da matriz investigativa do “populismo” e principalmente do “sindicalismo populista” (WEFFORT, 1973), os trabalhadores são considerados como meros “aparelhos” dentro de um sistema sindical cooperativista, sem capacidade de mobilização contra o golpe e o regime militar. Isso acabaria em 1980 com a ascensão do “novo sindicalismo” onde os trabalhadores se reorganizaram e “acordaram” para a mobilização contra o regime militar e o aparelhamento dos sindicatos.

É possível que o refluxo do “sindicalismo populista” e o preconceito dos estudantes e intelectuais contrários ao regime militar de 1964 tenha permeado até hoje a cultura história brasileira. E é nessa cultura histórica – em um sentido generalizante – que os livros didáticos estão imersos, utilizando de historiografias, fontes históricas, textos memorialísticos, filmes, etc. Ao avaliar a coleção didática proposta, percebemos um caminho que é até comum entre uma historiografia política tradicional marcada pelo “sindicalismo populista”: no contexto do golpe de 1964 os trabalhadores estavam até certo ponto “radicalizados”, mas na hora necessária para reagir aos militares eles acabaram “adormecendo”; em 1980 eles “acordam” para as grandes greves do ABC paulista. As menções sobre os acontecimentos de 1968 ainda são escassas, onde vale a própria iniciativa da coleção *Estudar história* (2018) que aborda esses eventos.

Também é necessário considerar o que essa cultura histórica formada sobre a atuação dos trabalhadores durante a ditadura militar brasileira perpassa pelo reconhecimento da historiografia; memória e dos livros didáticos sobre quem é trabalhador. Neste caso, como vimos na exposição de Correa e Fontes (2016), outras

⁵⁵ A exemplo os livros de Braick e Barreto (2018); Cotrim e Rodrigues (2018); Vicentino e Vicentino (2018) e Boulos (2018).

pesquisas já eram feitas desde a década de 1980 avaliando o sindicalismo rural e suas atuações que mobilizavam trabalhadores contra o regime militar. O trabalhador rural, fora do eixo urbano-industrial de Rio de Janeiro e São Paulo fica de fora dessas narrativas, tanto em sínteses historiográficas quanto de livros didáticos. Isso também pode ser explicado pela prevalência que o trabalhador urbano teve dentro da matriz avaliativa do “sindicalismo populista” e sua retomada no “novo sindicalismo”, principalmente pelas atuações no ABC paulista.

As análises historiográficas e a narrativa dos livros didáticos acabam se centrando principalmente no Sudeste. É ali também que as narrativas sobre a arte, cultura, política, mobilizações populares ou guerrilhas armadas se concentram. Porém, quando isso acontece, narrativas sobre outras temáticas em outros espaços geográficos se tornam invisíveis, ainda mais levando em consideração a produção didática nacional que acaba por deixar de lado possíveis especificidades locais. Nisso, soma-se ao pouco espaço legado para o ensino da história da ditadura militar e ao escasso tempo restante no ano letivo.

Ao reconsiderar os elementos metodológicos de nossa pesquisa, pensamos que a proposição de como solucionar o problema da pouca abertura temática no ensino da história do regime militar brasileiro fica difícil. A partir desse estudo exploratório não podemos ter a ambição de propor soluções fáceis. É necessária uma reconfiguração do currículo, dos livros didáticos, do ensino nas universidades, da produção e recepção da historiografia sobre a ditadura militar brasileira. Esta última sempre se renovando, mas seu alcance também deve ser analisado, onde cada vez mais observamos versões apologéticas ao regime militar brasileiro, tanto como discurso político quando imaginário de parte da cultura histórica.⁵⁶

Os limites da pesquisa podem ser sanados com maior tempo para investigações. Primeiro é necessário expandir o corpus de livros didáticos analisados, abrangendo todas as publicações aprovadas pelo PNDL em 2018. Porém, é importante avaliar como a ditadura militar brasileira é tratada em livros didáticos desde seu aparecimento como estudo do “tempo presente”. Assim, a história do ensino de história tem como contribuir ao avaliar um grande volume de obras, podendo se estender desde 1988 com a redemocratização até as recentes publicações da BNCC. Além disso, nossa pesquisa focou nos livros didáticos do 9º ano do Ensino

⁵⁶ Ver Bauer (2018).

Fundamental – anos finais – sendo proveitoso também estender essa análise para os livros didáticos do Ensino Médio, principalmente após a criação da área de “Ciências Humanas” com o Novo Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

BALESTRA, Juliana Pirola. História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina. **Antíteses**, [S.L.], v. 9, n. 18, p. 249, 31 dez. 2016. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2016v9n18p249>.

BALESTRA, Juliana Pirola da Conceição; SILVA, Rogério Anderson da. O que aconteceu com as pessoas?: a ditadura nos livros didáticos de história. **História & Ensino**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 159-182, jan./jun. 2019.

BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BERTOLINI, João Luis da Silva. **MANUAIS DIDÁTICOS E AS MEDIAÇÕES ENTRE CULTURA HISTÓRICA E CULTURA ESCOLAR**: o caso da narrativa sobre o islã em manuais didáticos brasileiros e portugueses. 2018. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**. 4. ed. São Paulo: Ftd, 2018.

BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. **Estudar história**: das origens do homem à era digital. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi. **Contribuição a crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc**: Est, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014.

CERRI, Luis Fernando (org.). **Os jovens e a História: Brasil e América do Sul**. Ponta Grossa: Ed. Uepg, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, jul. 2016.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar 9º ano**: ensino fundamental anos finais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74, 2017. DOI: 10.5965/2175180309202017005. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 4 dez. 2021.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História** (UFMG. Impresso), v. 28, p. 43-59, 2012.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano. **O tempo do nacional-estatismo**. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, [S.L.], v. 10, n. 23, p. 204-251, 20 abr. 2018. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310232018204>.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Puc Rio, 2006.

LADOSKY, Mario Henrique; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Mundos do Trabalho**, [S.L.], v. 6, n. 11, p. 147, 14 ago. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2014v6n11p147>.

MAFRA, Leila de Alvarenga. A sociologia dos estabelecimentos escolares: passado e presente de um campo de pesquisa em re-construção. In ZAGO, Nadir; CARVALHO,

Marília Pinto; VILELA, Rita Amélia Teixeira. **Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.109-136.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006. p. 11-26.

MATTOS, M. B. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. **Revista História & Luta de Classes**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 07-18, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2012.

MELO, Demian Bezerra de (org.). **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENESES, Sônia. Livros, leitores e internautas: os guias da história e os embates pelo passado através da mídia. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (org.). **História Pública em Debate: patrimônio, educação e mediações do passado.** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 159-184.

MUNAKATA, Kazumi. LIVRO DIDÁTICO COMO INDÍCIO DA CULTURA ESCOLAR. **História da Educação**, [S.L.], v. 20, n. 50, p. 119-138, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/624037>.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PAOLI, Maria Celia; SÁDER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 129-149, set. 1983.

PEREIRA, Mateus H. A História do Tempo Presente do futurismo ao presentismo. **Humanidades (Brasília)**, v. 58, p. 56-65, 2011.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ROCKWELL, Elsie; EZPELETA, Justa. A escola: relato de um processo inacabado de construção. **Currículo sem Fronteiras**, v.7, n.2, p. 131-147, jul-dez 2007.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem Histórica: fundamentos e paradigmas.** Curitiba: W.A Editores, 2012

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In: _____; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar.** Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 9-51.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: Visões crítica do golpe**: democracia e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. Teláris **História 9º ano**: ensino fundamental anos finais. São Paulo: Ática, 2018.

VILLA, Marco Antônio. Ditadura à brasileira, *Folha de S.Paulo*, 5 mar. 2009.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira - 1964-1985**: a democracia golpeada à esquerda e à a direita. Rio de Janeiro: Leya, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. São Paulo: Eduff, 2014.